

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 7 • 1992

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CENCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLU); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLU); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Nota: Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Lda
Impressão da capa: Gráfica Eme Silva, Lda
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Abril de 1992
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P. 1000 Lisboa
Telefones: 76 08 25 • 797 26 61 • 795 51 40
Fax: (1) 76 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: 347 82 55

Entrevista com José-Augusto França

Quando, em 1965, José-Augusto França apresentou na *École des Hautes Études* *Une ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, inaugurava-se em Portugal, por iniciativa própria e sem qualquer estímulo ou enquadramento interior, uma nova área de estudos: o da História do Urbanismo, entendida num sentido amplo, pelo lado da História da Cultura e das Mentalidades, da Sociologia e, sobretudo, da convicção que a produção artística, por ser um dos mais fecundos organizadores do real, torna-se lugar privilegiado de elaboração da História.

O autor desse estudo, realizado sob direcção de Pierre Francastel e no âmbito das actividades do Centro de Sociologia dos Objectos de Civilização, desembocara aí vindo de uma, aparentemente, diversa prática anterior, bastante ecléctica, que passara pela crítica de cinema e a ficção para se afirmar publicamente sobretudo na crítica de arte. Membro fundador do Grupo Surrealista, José-Augusto França, nos provincianos anos 40 de Lisboa, foi um dos agentes activos da transformação da vivência da cidade e talvez o mais importante impulsionador das rupturas artísticas que então se iniciavam.

Este específico percurso, elaborado sobre sucessivas intervenções no presente, deve ser considerado quando se analisam as notáveis novidades da *Lisboa Pombalina* que parte de uma convicção metodológica: a cidade defendida e ganha por Manuel da Maia (e por Pombal) é uma *ruptura* radical que faz nascer uma imagem outra de Lisboa que absorve e se sobrepõe às imagens anteriores, dando a ver, com espectacularidade, a capacidade fundadora de um programa especificamente artístico.

Esta ruptura, anunciou José-Augusto França com uma rara intuição (que nele sempre orienta o trabalho de pesquisa) é — como todas as definitivas rupturas em História — uma síntese pragmática de memórias e práticas artísticas anteriores, elaboradas por engenheiros e arquitectos moldados pela disciplina da arquitectura militar. Tese inovadora, ela permitiu ainda valorizar um território de pesquisa que até então só Pais da Silva abordara com a eficácia do seu conceito alargado de Maneirismo português.

Posteriormente, os estudos de Georges Kubler que fazem recuar ao século XVI muitos dos caracteres arquitectónicos ainda plenamente activos na Lisboa pombalina, e, sob a direcção tutelar de José-Augusto França, as investigações próprias de J. E. Horta Correia e dos seus discípulos no Departamento de História de Arte da FCSH, têm permitido aprofundar o conhecimento sobre a génese do saber teórico e prático dos arquitectos pombalinos.

Entretanto, José-Augusto França avançou para os séculos seguintes: nas suas *História da Arte em Portugal* nos séculos XIX e XX, o *inquérito à cidade* continuou a ser uma preocupação metodológica através do qual foi elaborando a sua específica imagem de Lisboa, articulada entre as praças pombalinas do Comércio e do Rossio, as burguesas Rotunda e Saldanha do tempo regenerador de Ressano Garcia e a estado-novista Areeiro, de um tempo outro, do outro Pombal que foi Duarte Pacheco. Esta visão de cidade, que se tornou quase óbvia a todos os estudiosos e amantes dela, é ao olhar dirigido de José-Augusto França que a devemos.

Penélope — Nos últimos anos têm-se multiplicado os estudos relativos à história das sociedades e das culturas urbanas. Qual o lugar da história do urbanismo na afirmação e nos progressos da história urbana em Portugal?

J. -A. França — Vêm de Duby e do seu ensino os estudos que mais têm sido lidos em Portugal nos últimos anos, mas há que não esquecer que, nele, as culturas ditas urbanas são estudadas em paralelo com as culturas ditas rurais; e não faz sentido de outro modo. No entanto, há que mencionar uma modelar história de Paris (e do seu «destino de capital»), com grande inovação de perspectivas, trabalho de P. Francastel publicado em 1968, e creio que pouco conhecida entre nós. Por outro lado, continuam presentes os trabalhos de Mumford e de Lynch, que criaram uma consciência da própria problemática urbana depois das antigas e ilustres perspectivas historicistas do pioneiro que foi Lavedan.

Não há ainda prática ou ensino de História Urbana em Portugal, enquanto história da sociedade, e a história do urbanismo tem sido apenas esboçada. Fiz realizar trabalhos de investigação (por exemplo sobre o Bairro Azul e sobre as Avenidas Novas, de que aliás resultou uma interessante exposição na F.C.G., de Raquel Henriques da Silva) e realizei em 1976, pela Academia das Belas-Artes, na F.C.G., uma exposição-análise da Rua da Escola Politécnica, com a colaboração de Frederico George; e estão terminados, ou adiantados, trabalhos de tese de doutoramento sobre os anos 40 e sobre o Porto da I República, que dirijo. Um estudo monográfico sobre Marques da Silva, que no Porto muito actuou, está também em curso, com idêntico fim científico. Nos anos 60 estudou-se no Porto, para a Municipalidade, a urbanização da Rua do Almada nos meados do século XVIII (M. Thérèse Mandroux França), com especial atenção aos problemas do «parcelaire», conforme orientação do C.R.H.A.M. de Paris, posta à prova no modelar estudo do bairro dos Halles, sob a direcção de A. Chastel. E o Prof. J. E. Horta Correia realizou um bom doutoramento sobre o caso V. R. de Santo António, em 1984, na F.C.S.H. Tudo isto são trabalhos que contribuem para a «história urbana», abordando historicamente a organização e o tratamento (técnico, estético, económico, sociológico) dos sítios.

Penélope — Desde os anos 60 que tem vindo a dedicar-se à história do urbanismo. O que permanece e o que se modificou no campo das fontes investigadas, das metodologias empregues e das problemáticas historiográficas abordadas?

J. -A. França — Não sou propriamente um estudioso do urbanismo, ou só o sou de modo integrativo; os problemas próprios dessa disciplina têm sido ocorrentes nos meus trabalhos sobre a história da arte dos séculos XIX e XX portugueses (ou acidentais, em outra obra), porque tais problemas são necessários à visão global. Resta a minha história da Lisboa Pombalina, essa sim directamente feita sobre um problema específico de urbanismo — mas trata-se de uma situação privilegiada, de crise e de decisão, que pôs problemas pontuais no quadro de uma economia, de uma técnica, de uma política e de uma «vontade» social que importava situar. É um importante e excelente tema que, como tal, interessou P. Francastel a quem o propus em 1959 já, e que convinha aos seus trabalhos sobre o urbanismo necessário e possível das «Lumières» que ele próprio iria abordar num colóquio, em 1973, com actas publicadas em 1975. Porém, será um dia necessário remover todo o fundo pombalino da B.N. para estudar, com equipamento informático, os milhares de processos de reconstrução, nomeadamente os dos espaços urbanos postos em questão no novo plano. É trabalho de equipa evidentemente (e não creio que um espaço de cidade possa ser estudado por uma pessoa só de cada vez) — mas suponho que o seu resultado não virá a alterar as conclusões a que, por sondagem, cheguei; apenas as bases serão mais definitivamente seguras.

Para me cingir mais aproximadamente à pergunta, devo dizer que as fontes investigadas e trabalhadas continuam necessariamente a ser as relativas aos próprios planos e desenhos (e realizações conhecidas), à organização das obras, aos comanditários, e à propriedade dos terrenos — devendo a(s) metodologia(s) depender de uma reflexão orientada por uma problemática sempre global, que insira a realidade urbana no tecido histórico-social.

Penélope — A história urbana constitui um território historiográfico necessariamente interdisciplinar. Que papel pode e deve desempenhar a história de arte no diálogo com a história em geral, com a sociologia, com a geografia e com outros saberes e disciplinas da área das ciências sociais e humanas?

J. -A. França — A história da arte é parte interessada da história urbana, como as outras ciências mencionadas. Considerada aqui nos seus vectores formais, ela não se limita a «decorar» as estruturas: modela a própria consciência do fenómeno geral. Como toda a História da Arte faz, na história geral das sociedades...

Penélope — A progressiva consciencialização da sociedade portuguesa em relação ao património histórico-cultural urbano trouxe novas responsabilidades aos historiadores das cidades. Como equaciona o relacionamento entre historiadores, autarcas e arquitectos? Quais os limites à intervenção urbana do historiador-cidadão?

J. -A. França — O autarca decide (para isso é eleito), o arquitecto projecta e executa (para isso se diplomou), mas é o historiador da cidade, com a necessária informação sociológica, económica, etc., que deve orientar o «discurso» urbano por possuir a consciência da sua continuidade (sem a qual discurso não há) e ser assim, na verdade

ENTREVISTA

só ele, em última análise, capaz de valorizar o passado e trabalhar em cada presente para engendrar o futuro, evitando comprometê-lo em ilusões ou interesses conjunturais. Para isso estudou.

Não é possível a uma autarquia responsável agir sem a colaboração directa de historiadores — mas assim infelizmente se passa em Portugal inteiro, através de diversas e opostas situações políticas. Acresce que os serviços patrimoniais dos municípios não escapam à regra de todos os serviços públicos; isto é, são exercidos burocraticamente por funcionários destituídos de competência cultural adequada e sujeitos, quando por acaso a têm, a uma hierarquia de serviços onde, em qualquer ponto e por qualquer razão, sempre a incompetência intervém, num incontornável princípio de Peters... Os limites a que a questão alude são sempre os do bom senso. Mas não há historiadores a valer sem bom senso histórico...

Abril 1991